

DO « DESVIO TEÓRICO » À « ATIVIDADE » COMO POTÊNCIA DE CONVOCAÇÃO DOS SABERES¹

Yves Schwartz²

RESUMO

Esta contribuição tenta explicar em que sentido a reelaboração do conceito de atividade conduz a renovar nosso olhar sobre a relação entre a construção dos saberes e as experiências de vida; e, com isso, colocar novas exigências quanto à qualquer forma de "intervenção" dos primeiros sobre as segundas. Uma gênese histórica desse deslocamento do olhar é tentada: da conjuntura muito "teoricista" dos anos sessenta ao encontro de diversos trabalhos intelectuais e sociais, próprios para favorecer esse deslocamento, entre os quais, muito particularmente, a ergonomia da atividade. A partir daí, vem essa constatação de que toda vida industriosa humana move-se em um triângulo Atividade–Valor–Saber: quais formas de intervenção podem, então, respeitar suas tensões e dinâmicas internas e desenvolver suas potencialidades? Com essa finalidade, o texto evoca brevemente o princípio dos Dispositivos Dinâmicos de Três Pólos e a construção dos "Grupos de Encontros do Trabalho".

PALAVRAS–CHAVE: Intervenção; Valor; Saber; Atividade.

INTRODUÇÃO

Eu colocaria minha trajetória numa continuidade de questionamento sobre as relações entre a manipulação dos conceitos e as manifestações da vida. Ou entre o exercício das profissões intelectuais e o que se gera e se regenera em todos os lugares

¹ Conferência proferida na *Journées de Réflexion et de Débats "Intervention et Savoirs" La Pensée au Travail*, CNAM (*Conservatoire National des Arts et Métiers*), Paris – 06/04/2006. Tradução de Maria Lúcia B. S. Boudet. Revisão técnica de Maria Inês Rosa. Publicada na Revista **Éducation Permanente**, nº170, 2007–1, pp. 13–24. (França).

² Professor e Diretor Científico – Département d'Ergologie – APST (*Analyse Pluridisciplinaire des Situations de Travail*) – Université de Provence, France.

onde os homens produzem novas configurações de vida. Nunca deixei de ter o sentimento de que alguma coisa não funcionava direito nessas relações.

Assim, falar das relações entre "o conceito" e a "vida" será um ponto de vista abstrato de filósofo? Não, de maneira alguma. Creio que é justamente esta questão mal resolvida que está no âmago dos problemas que nos reúnem hoje. Para falar mais concretamente, qual é a natureza, o que deve acontecer nesses encontros, que desejamos desenvolver, sob o termo de "intervenção"? Será que reivindicamos a intervenção apenas para alargar o campo de nossas atividades, ocupar mais espaço e até mesmo nos colocar no "mercado", com conseqüências financeiras? A questão me parece muito mais profunda, ela nos convoca cientificamente e deontologicamente e, portanto, politicamente. Na minha própria linguagem, eu diria que cada campo, aquele do conceito e aquele da vida, não mede bem de que maneira específica, sempre provisória e parcial, um antecipa o outro, em seu próprio esforço, para tornar inteligível um meio de vida ou de trabalho. Esta questão da "dupla antecipação" coloca, com toda evidência, um duplo desafio: – epistemológico: onde e como fabrica-se os saberes? E político: situar-nos em relação a essa questão é, querendo ou não, tomar posição nas relações entre os saberes e os poderes em nossas sociedades, ao mesmo tempo democráticas e mercantis.

O que pode conduzir a essa posição? Para explicá-la, como meus colegas, eu pesco no meu passado e trago à superfície três encontros sucessivos dessas relações difíceis entre as potências do saber e as tendências renormalizantes da vida.

A CONJUNTURA DOS ANOS SESSENTA

Minha pesca, muito pessoal, faz surgir, primeiro, essa conjuntura brilhantíssima da metade da década de sessenta, exaltante para muitos, sufocante para

alguns outros: em torno da ENS (*École Normal Supérieure* – Escola Normal Superior), situada na rua d'Ulm (Paris) e de prestigiosos lugares do *Quartier Latin*, circulavam, favorecidos pelo magistério poderoso, porém oculto, de Louis Althusser, os grandes nomes parisienses dessa época, que até hoje ainda fascinam muitos círculos de pensamento nas Américas ou em outros lugares: Michel Foucault, Pierre Bourdieu, Jacques Derrida, Jacques Lacan ...

Um sentimento de respeito impõe-se: a "cura de rigor" teórica, que Louis Althusser pensava ter que impor, não sem ligações com os pensamentos estruturalistas, podia ter algumas razões de ser e, em todo caso, evidentes virtudes formadoras. Mas, retroativamente, não posso analisar essa injunção teoricista a não ser como a teoria de uma ruptura dos jogos, das interpelações recíprocas entre o conceito e a vida. Ora, o que *hoje* justifica nosso esforço para dar espaço à "intervenção" supõe, ***pelo contrário***, que se ***tome a sério***, em nosso ofício de fabricante de conceitos, um universo de gestos, de palavras, de micro-escolhas, de arbitragens, de laços coletivos, atados sempre localmente, de "dramáticas de usos de si", de uso do "corpo"-si, tantos tesouros que "escapam das fronteiras" do conceitualmente antecipado.

Atrás da fascinação pela "teoria" (nome de uma célebre coleção da editora Editions Maspero), reina uma verdadeira desconfiança em relação a essas manifestações ressingularizantes da vida. E por que? A não ser porque as vidas sociais e principalmente as vidas das pessoas no trabalho, são, ***já***, antes de todo agir, ***manipuladas por conceitos***: através das "práticas sociais", das formações discursivas, exprime-se em nós, através de nós, um sistema social de ***colocação de lugares***, que absorve antecipadamente tudo o que se poderá dizer de pertinente a esse respeito. Domina em Louis Althusser uma cosmologia de "lugares": entre um lugar definido em uma estrutura e uma "prática", que nela exprime sua lógica social específica, toda

linguagem, todo gesto, julgamento de valor interno a esta prática, está preso a algo. Todo afastamento, como aquele bastante paradigmático que os ergonomistas começam a difundir nessa época, entre o trabalho prescrito e o trabalho real, só pode ser totalmente residual. Esse tipo de "renormalização" do que é prescrito (o trabalho real) é destituído de qualquer peso, em termos de saberes e de valor. O desvio teórico impõe-se sob a condição de cortar os fios ilusórios, pelos quais a experiência acredita poder se pensar. Este desvio pode ser negado, como sendo ainda o brinquedo de um "efeito de lugar", para, articulado a um marxismo assim regenerado, fazer a teoria desse sistema de colocação de lugares.

Falei de "dramáticas de uso de si", que os encontros ulteriores deviam me sugerir, que as inscrevesse no âmago de toda situação de atividade industriosa. Ora, o "antihumanismo teórico" althusseriano – em convergência bastante profunda com o Michel Foucault da época – desacreditava qualquer disponibilidade aos debates internos do que se chamará um "Eu", um "sujeito", industrioso. Há em Louis Althusser, muito seguido nessa época, como uma espécie de passe de mágica, que também é um bloqueio: desconsiderar a propensão a ir, para se instruir, ao encontro desse "Eu", que procuraria se instituir como *centro* parcial de seu meio (de trabalho).

Há como uma harmonia pré-estabelecida entre a condição de *reprodução* de toda formação social e as condições de acesso de todo ser à ordem humana da cultura. Evoco aqui a *ordem simbólica lacaniana*. É a famosa teoria dos "Aparelhos Ideológicos do Estado" (AIE) (1970) ou da interpelação constitutiva de cada um como sujeito, chamado a preencher um lugar social. O "Eu" vai se julgar, falsamente, como fonte de seu pensamento e de sua palavra, quando fala nele apenas esse sistema de colocação de lugares. "Sim – e, aqui, cito Louis Althusser –, os sujeitos "funcionam sozinhos", ocupam realmente "o lugar (...) operário, patrão, soldado", que lhes é designado nesse

"vale de lágrimas", "inserem-se nas práticas, governadas pelos rituais dos AIE, reconhecem o estado de coisas existente" (ALTHUSSER, 1970)

Se é assim que funciona nossa vida social, só teríamos que retirar a base em que se apóia todo candidato à "intervenção"; de que adiantaria a observância de "rituais" já ossificados? Não, nenhum operário vem ritualmente preencher "sozinho" um lugar ossificado, socialmente circunscrito, como, aliás, tampouco o faz o executivo ou o soldado. Mas, contestar assim esta afirmação, como posso fazê-lo agora, reivindicar contra ela uma atenção para as reconfigurações permanentes desses lugares por aqueles que os ocupam, era, então, estar contaminado pela "ideologia": palavra assassina cujo uso não posso ainda hoje entender, tanto ela supõe de presunção naqueles que a atribuem sempre aos outros.

Por que testemunhar, ainda hoje, essa velha cólera? Porque se pode colocar-se a questão: até que ponto escapamos disso? De que tipo de instrução é para nós a relação com o "campo", com os "dados"? Não é ainda, freqüentemente, um simples "desvio no desvio" (teórico), um segmento de vida que vamos, em seguida, submeter, após descontextualização, modelização, tentativa de generalização, exclusivamente ao universo de nossos conceitos, de nossas disciplinas, de nossos pares?

Prestemos, ainda uma vez, homenagem a essa formidável ascese, que tem sua grandeza. Ascese que chamaria de "*epistêmica*": para tornar inteligível nossa história, ela quer se confrontar apenas a um modo de recombinação de conceitos, já que é através deles que somos feitos, que pensamos e vivemos. Grandeza, sim, mas também miopia terrificante, quanto à ausência de uma outra ascese, tão necessária quanto a outra cuja ignorância é mutilante, no que toca à história e à relação com nossos semelhantes. Ascese esta que chamo de "*ergológica*" e que nos recomenda retardar *o máximo possível* a hora de cessar nosso esforço para nos instruir sobre o aqui e o agora: em

relação a práticas, normas estabilizadas e codificadas em conceitos antecedentes, em que a vida e a atividade humana não cessam, elas, de tentar, mais ou menos, de recentrar essas normas antecedentes em torno de suas próprias normas?

Para voltar a esse contexto: qual "intervenção" podia-se, então, imaginar, a não ser a "teórica"? (era preciso, então, se tornar "o professor da classe operária"; mas, ainda hoje, quantos "intelectuais" procuram se tornar conselheiro de um príncipe, qualquer que seja este?). O que se devia fazer com as situações de trabalho e de vida? Nada, a não ser um argumento, mas, não um pólo para "o pensamento no trabalho".

É esse o primeiro inventário de meu próprio percurso. Mas, duas observações, antes de deixar este primeiro encontro.

NA MESMA ÉPOCA, DOIS CAMPOS EM TRABALHO

O que fazer com o trabalho? A cem metros do número 45 da rua d'Ulm, no número 41 da rua Gay-Lussac (Paris), começava a se formular, no mesmo momento, uma *hipótese inversa*: a realidade das atividades de trabalho não pode ser uma pura "aplicação" de modelos de laboratórios, nem seqüências operatórias determinadas por "lugares" ou postos, por mais cuidadosamente antecipados que fossem. Aproveitando uma tradição anterior, o coletivo de ergonômistas, reunidos em torno de Alain Wisner, preparava sua "saída dos laboratórios", para as primeiras intervenções emblemáticas, que até hoje nos são úteis.

Um personagem prestigioso era "recrutado" por esse militantismo do teórico, sem que ele próprio jamais lhes tivesse dado, e por razões óbvias, sua caução. Georges Canguilhem, personagem à parte desse pequeno meio universitário parisiense, podia aparecer como uma suprema autoridade: ninguém era mais exigente do que ele, como historiador das ciências, sobre o esforço enorme a ser fornecido para recuperar a

coerência interna das articulações conceituais, que, em um dado momento, "fazem ciência". Ascese epistêmica que supõe que se faça abstração de suas próprias opiniões e de seus próprios valores, para respeitar a norma fabricadora interna da racionalidade: "Encontra-se raramente incoerência no pensamento de um autor, quando sabemos nos tornar seu contemporâneo" (CANGUILHEM, 1955, p. 157). Mas, ao mesmo tempo, Canguilhem nunca deixou de ser um filósofo da vida: para ele, a vida que promove a criatividade técnica para ampliar seu controle sobre os meios, não cessa de antecipar o trabalho do conceito. A história das ciências "deve ser escrita como uma história e não como uma ciência, deve ser escrita, como uma aventura" (*Ibid.*, p. 156). A vida, na própria fabricação da ciência, não cessa de reconfigurar suas condições de existência, de resingularizar seus "lugares". Aqui estava, sem dúvida, a mais forte incitação *filosófica* para o dever de "intervenção": pensar que a experiência social reproduz modelos, é pensar-se existindo num universo de moribundos. Se quisermos compreender alguma coisa disso, não se tem escolha: em situação de desconforto intelectual permanente, é preciso aceitar se instruir com nossos semelhantes, que têm, no mínimo, uma saúde tão boa quanto a nossa.

CONCEITOS, ENCONTROS: UM "DRAMA" NA LINGUAGEM

Por que essa questão da história das ciências é tão importante? O que chamo aqui de meu segundo encontro não tem nada de evidente para uma reunião como a nossa. No entanto, se não se ataca o âmago mesmo do estatuto do conceito, se não se questiona a expressão "ciências humanas", não se emancipará as potencialidades da intervenção.

Essa exigência, essa insatisfação nas relações entre o conceito e a vida amadureceram progressivamente no decorrer da década de setenta: como conceber a "oferta" das universidades em matéria de formação continuada? Nossos recursos, tais como eram, seriam pertinentes para serem propostos a novos públicos, com experiências e níveis de formação muito heterogêneos? Após 1968, nosso militante universitário buscava repensar "a abertura" da Universidade. Isso nos conduziu a visitar fábricas, a frequentar Cs.Es. (Comitês de Empresa), a questionar os "saberes-valores" dos diversos protagonistas do universo econômico, através do "agir" industrial destes. Conduziu-nos também a pensar que entre esses "agir" e as competências universitárias, havia como que um encontro a ser efetivado entre formas específicas de cultura e de incultura. E que, ao se esquivar desse encontro, dessa idéia fraca da cultura resultaria uma idéia fraca da ciência.

Porém, para justificar essa intuição, como "re-fabricar" (tomo esta expressão, que aprecio bastante, de Christine Revuz) essas noções de ciência, de cultura? É como se houvesse um ferrolho a ser arrebentado. Se a "profissionalidade" ("*professionnalité*") de todo fabricante de conceitos supõe uma neutralização do singular, uma colocação de extraterritorialidade ou de distância do pesquisador, o que pensar, então, do "encontro da vida dos outros"? E, no entanto, parece realmente que é assim que "a" ciência é produzida (e se coloca sob o mesmo manto, indistintamente, as ciências ditas "duras" e as "ciências humanas").

Tomemos o exemplo da noção de "coletivo de trabalho": ela é útil, indispensável, na sua virtude de generalidade. Ela orienta o pensamento, antecipa as trajetórias de investigação. Do conhecimento *a priori* dos espaços, das técnicas utilizadas, dos objetivos, dos organogramas, antes de qualquer atividade local, ela **deduz** formas de cooperação entre trabalhadores. Seu valor antecipatório está ligado ao

seu teor em generalidade, "epistêmico", poder-se-ia dizer: a palavra "coletivo" é levada para o lado do conceito cuja fecundidade é tanto maior quanto se pode abstrair os parâmetros locais. Mas, ao se levar demais a palavra "coletivo" para o lado do conceito, se a despoja de suas aderências locais, então, pensadas como residuais; sabe-se já tudo, antes de ter inventariado e depois ligado essas formas cooperativas, nunca padronizadas, a um tecido de histórias locais; isto é, à vida dos protagonistas da situação que lhes deram formas, conteúdos, valores, que, em grande parte, não podem ser antecipados. É o que eu chamei de disciplina *ergológica*, que tentará, ao contrário, fazer emergir na linguagem todas essas aderências coletivas carregadas de história e de singularidade.

Não é nada menos do que um *drama* que ali se desenrola cuja linguagem arrastada entre esses dois usos opostos, o epistêmico e o ergológico, é o lugar. Drama porque as relações de força são desiguais: o desenvolvimento das ciências, sua incorporação nas técnicas, mas também a autoridade, o poder que confere à todo argumentário social sua apresentação, sob o modo conceitual, não cessaram e não cessam de impedir o outro uso. Toda intervenção como "*Encontro*" supõe uma higiene de nossa faculdade dos conceitos, que não reduza esse encontro a um simples exemplar de um caso já pré-compreendido sob um conceito. A intuição, evocada acima, de que há uma deriva idéia fraca da cultura–idéia fraca da ciência, a dificuldade para tratar a intervenção como "encontro", a propensão em falar de "ciências humanas", sem medir o que as distingue fundamentalmente das ciências ditas "duras", impõem, então, de se confrontar a essa doença de nossa faculdade dos conceitos.

Não seria, então, preciso atacar o âmago do problema? Ou seja, tecer novamente os laços entre o trabalho da ciência ("dura") e os múltiplos campos do agir social, sem, por isso, dissolver a especificidade do agir científico, ou seja, suas

exigências normativas de coerência interna? Remeter ao próprio âmago do agir científico "em história", para incluí-lo, novamente, no campo das ambições da vida humana e social. E, por que não, promover, entre esses campos, aquele do agir industrial, e aquele da atividade de trabalho.

Era exatamente essa a via que indicava acima Georges Canguilhem (1955): articular o que chamei de "ascese epistêmica" – trabalho sem concessão e sem demagogia sobre as coerências internas – e a ciência a ser escrita, dizia ele, como uma "aventura". Era tentar descompartmentar a ciência em relação à vida, sem falar mal da ciência. Aresta estreita, onde ele foi, talvez, o único a se manter durante sua vida e que o tornava eminentemente disponível para todas as dimensões técnicas, industriais, sociais, políticas, que puderam interagir com o trabalho propriamente científico. Um procedimento que tentei, modestamente, experimentar (SCHWARTZ, 2000, 2ª Parte).

Mas, trazer à tona as usurpações do discurso científico, em especial, no campo do agir humano, tratar do drama potencial da linguagem, para deixá-la disponível para o encontro da vida dos outros, substituir ao falso paralelismo ciências da natureza/ciências humanas pela distinção e pelo entrecruzamento das duas disciplinas, epistêmica e ergológica, tudo isso supunha uma longa elaboração do conceito de atividade humana, o que leva ao terceiro e último encontro.

DA REELABORAÇÃO DO CONCEITO DE ATIVIDADE ÀS EXIGÊNCIAS DE TODA INTERVENÇÃO

Sintetizaria em três pontos breves o terceiro encontro entre o conceito e a vida. É o conceito de *atividade*, retrabalhado e reelaborado no seio de um modo de proceder – de uma abordagem –, que chamamos, por esta razão, de "ergológica" (raiz grega para a noção de atividade), que apontou para nós a origem do mal-estar e que,

hoje, nos autoriza a conceber uma melhor "higiene" das relações entre o conceito e a vida, a repensar completamente a distinção ciências da natureza/ciências humanas e a liberar objetivos para a intervenção.

1º) Nessa nova etapa, foram decisivos a criação, em nossa Universidade (1983), de um dispositivo original para questionar o agir industrial (Análise Pluridisciplinar das Situações de Trabalho, que se tornou, em 1998, o Departamento de Ergologia), a descoberta *Redécouvrir l'expérience ouvrière* de Ivar Oddone (1981) com o conceito de "comunidade científica ampliada" e o tecido de relações estabelecido na mesma época com a ergonomia da atividade, em torno de Alain Wisner. Que me seja permitido lembrar aqui o que devo a Jacques Duraffourg, que se tornou, em seguida, membro de nossa equipe, assim como a François Daniellou, a Catherine Teiger ou ao saudoso Antoine Laville. A noção de "atividade", para não iniciar aqui a longa história do conceito, foi, primeiro, retrabalhada, na tradição francófona, pela ergonomia dos anos 70–80. Sem se comprometer em teorizações "imprudentes", ela apontava esse conceito na enigmática distância entre o trabalho prescrito e o trabalho real.

Guardo dessa conjuntura muito de minhas imprudentes generalizações antropológicas ou filosóficas. Diderot, em *Le Rêve de d'Alembert* (1964), a propósito de Needham, este biólogo e filósofo holandês do século XVIII, dizia: "Ele via numa gota de água a história do mundo" (DIDEROT, 1964, p. 299). Diria o mesmo do enigma humano, a partir desse longo e emblemático Encontro–Intervenção do laboratório de Alain Wisner, na empresa Thomson, na cidade de Angers, França (do qual participou Catherine Teiger. Da distância entre o esquema "racional", preparado pelo departamento de Serviços e Métodos, de uma linha de componentes eletrônicos, para uma seqüência de 27 operações, e sua recomposição parcial por *uma* operadora (modificando a ordem das operações, com ganho de tempo e de espaço), pode-se, creio

eu, por aproximações, com muitas outras constatações diversificadas no tempo sobre o agir industrial, pode-se tirar proposições universais sobre a atividade humana: jamais redutível ao pré-pensado; produtora de normas sempre, por uma parte, re-individualizadas; em consequência de arbitragens múltiplas, submetidas, necessariamente, para as confrontar a um mundo de valores; no seio de um cadinho, que se chamará, na ausência de algo melhor, de um "corpo-si" (SCHWARTZ; DURRIVE, 2003, p. 26–30) .

2º) Valores–Saber–Atividade. Se toda atividade de trabalho comporta debates de normas (como entre aquelas do departamento de Serviços e Métodos e aquelas que a operadora se atribui), o universo dos *valores* (termo obscuro, sem dúvida) está presente no mais microscópico dos atos de trabalho. Portanto, não se compreende nem os gestos, nem as formas de cooperação (ver acima o “coletivo”), nem o uso "ergológico" da linguagem, sem se por em busca desses valores que pesam sobre os debates de normas industriais. Mas, esses valores, que se incorporam na *atividade* (a justiça, a solidariedade, que eventualmente conduz cada operadora a ganhar tempo em sua seqüência, para não incomodar a sua vizinha), não têm conteúdo estável; eles são continuamente retrabalhados, em seus conteúdos, sua hierarquia, pela avaliação que deles fazem os humanos industriais, na atividade.

Porém, essas escolhas de atividade, sobre as quais pesam os valores e que a atividade retrabalha, geram também trajetórias de *saberes*. Suponhamos que eu seja um recepcionista de uma agência da ANPE (*Agence Nationale pour l'Emploi* – Agência Nacional para o Emprego): segundo a maneira pela qual, dentro de certos limites, eu tente conceber meu ofício, acumulo e transmito certos tipos de informações, sou mais ou menos sensível às normas próprias de meus colegas, faço tipologias de usuários... há dialética entre os saberes que construo e meu re-trabalho das normas do cargo, próprio

a mim mesmo e/ou ao coletivo singular construído nessa agência. Em resumo, constroem-se, fazem-se e refazem-se indefinidamente triângulos que colocam em tensão Atividade–Valores–Saberes. Renovações parciais, sem dúvida, dentro de certos limites das normas antecedentes e não arbitrárias, a ponto de serem totalmente imprevisíveis. Mas, mesmo assim: que profissional do conceito pretenderia dispor de um "listing" estável e hierarquizado do que pode constituir valor para os humanos, e , poderia fazer corresponder a isso, em tal configuração de trabalho, tais escolhas de gestos, de seqüências operativas, de laços coletivos e tais saberes associados? Absurdo? Sim, sem dúvida, mas será que se tem certeza de poder hoje exonerar todo trabalho de "especialista" de uma tal pretensão plena de desprezo?

O que dizer, então, da fabricação dos conceitos relativos à atividade humana? Em primeiro lugar, entende-se que a questão não se coloca da mesma maneira nas ciências da natureza, onde os objetos visados, não sendo seres em atividade, não têm nada a ver com esses triângulos. Aqui a atividade situa-se não nos objetos visados mas no trabalho científico que os constrói. Pelo contrário, os conceitos que visam as ciências ditas "humanas" estão sempre vivendo no *desconforto*: ninguém pode antecipar como se formam, se deformam, se formam novamente os triângulos Valores–Saberes–Atividades. É justamente por isso que, do ponto de vista epistemológico (a fabricação dos conceitos), a intervenção é necessária: com efeito, nenhum modelo pode nos dispensar desse aprendizado; porém, sob *a condição de ser "encontro"*; ou, como sugere o modo de proceder ergológico, mas a ergonomia prepara para isso, com a condição de operar segundo "Dispositivos Dinâmicos de Três Pólos" (SCHWARTZ; DURRIVE, 2003, p. 269). Ponto essencial, porém, longo demais, para ser explicitado nos limites do exercício, ora encetado.

Se a atividade coloca no desconforto todos os conceitos que procuram descrevê-la, disso decorre que certos desenvolvimentos atuais, muito ricos, podem, no entanto, nos deixar perplexos: a atividade pode ser, nessas condições, alguma coisa da qual se pode fazer a *teoria*? Penso em fecundos desenvolvimentos, vindos notadamente de Léontiev e do pragmatismo americano, conduzindo a escola finlandesa de Eggenstroem e certos pesquisadores americanos a construir "sistemas de atividade". Creio que se pode propor abordagens conceituais da atividade, mas não creio que se possa fazer um *sistema* ou uma *teoria* da atividade.

3º) Com meus colegas, experimentamos, nesse sentido, numerosas formas de intervenções: tentativas de fazer, mais ou menos, funcionar "Dispositivos Dinâmicos de Três Pólos", em nossas formações, durante mais de vinte anos, ou em "pesquisas", sob forma de convenções ou respostas a ofertas de prestação de serviço: interrogamo-nos, assim, sobre a significação da "eficácia" nos serviços, da "qualificação" na empresa Péchiney-Gardanne (França), as "competências" na empresa do Correio (França), o "trabalho militar", na Bósnia, a qualidade do trabalho de equipe no Centro de Estudos Nucleares de Chinon (França), etc.

Mas, para encerrar, gostaria de expor o que penso, no fundo, sobre o ideal assintótico da intervenção, desde que se tire as conseqüências disso tudo.

“INTERVIR NA VIDA DOS OUTROS » : OS « GRUPOS DE ENCONTRO DO TRABALHO”

Então, o que significa, de fato, "intervir na vida dos outros"? Toda intervenção *encontra* os múltiplos triângulos Valores–Saberes–Atividades dos protagonistas da situação considerada. De um lado, esses triângulos se ancoram e se renovam nos históricos e nas dificuldades das situações concretas, serviço, oficina, coletivo.... de outro, estão em continuidade com valores que ultrapassam completamente a situação considerada, como tal ou tal concepção do viver juntos. Por isso, a intervenção requestiona sempre aquele que intervém, já que não tem nem paquímetro, nem escala absoluta para medir ou julgar esses valores operantes.

Para aquele que intervém, quem quer que seja, universitário ou profissional, chamado para contribuir na solução de problemas *in situ*, há, portanto, sempre um risco, mais ou menos aceitável, de *exterioridade* em relação a esses triângulos.

Intervir sem procurar *mais ou menos* desdobrar esses triângulos, é permanecer, mais ou menos, exterior das escolhas, das reservas de alternativas dos protagonistas (as quais, claro, devem ser submetidas a discussão). É propor hipóteses, preconizações, que visarão sempre reestruturar do *exterior* esses triângulos do viver industrioso. Enquanto que o pólo valor desses triângulos se trabalha na longa duração entre a temporalidade do corpo-si e a temporalidade do político, a intervenção é sempre limitada no tempo. Da mesma forma, o conteúdo ideal da intervenção, através da abordagem mais precisa de problemas de trabalho mais concretos, não deve ser o de procurar colocar em circulação, a *endogeneizar* no meio considerado essa postura, que conduz cada um a pressupor no outro, colega de trabalho, superior ou subordinado, uma gestão sempre problemática de tais triângulos? Não será esse o meio de reduzir a contradição entre descontinuidade da intervenção e renovação, na longa duração, dos

triângulos Valores–Saberes–Atividade? Diante de uma demanda vinda dos parceiros sociais da ANPE (*Agence Nationale pour l'Emploi* – Agência Nacional para o Emprego), para a construção de um Observatório das Condições de Trabalho no interior da Agência, é com nosso amigo ergonomista J.M.Francescon, a escolha que fizemos: não a de fornecer um relatório inteiramente concebido por nós e juntando nossas obrigações frente ao parceiro, mas tentar, através de uma formação incrementada e funcionando em “Dispositivo de Três Pólos”, de co-produzir com os agentes do organismo uma espécie de caderno de encargos (“*cahier des charges*”) para a governança do trabalho: como organizar, gerir, governar o trabalho na Agência, levando em conta essas dramáticas da atividade industriosa? Retomaremos esse tema no debate com Muriel Prévôt-Carpentier, que, junto com Magali Wild, desempenhou um papel importante nessa experiência.

Fica claro que esse caderno de encargos supõe uma certa distância desse trabalho de co-formação, em relação aos locais de trabalho, em relação às relações hierárquicas, aos laços de subordinação. Uma tal intervenção exige tempo porque nada nos prepara, em nossas relações com nossos semelhantes (nossos colegas de trabalho, no sentido amplo), para essa atenção aos triângulos Valor–Saber–Atividade e, simultaneamente, ao nosso próprio triângulo. Essa espécie de impregnação é o que chamo de “imprendizado” (“*imprentissage*”).

Ao mesmo tempo, essa forma de intervenção distingue-se de qualquer formação universitária, esta última mais orientada para o trabalho dos conceitos e menos conectada às realidades, crises abertas ou difusas, às reservas de alternativas enraizadas nos contextos profissionais específicos (empresa, ramo profissional...).

Estou descrevendo o que chamamos de Grupos de Encontro do Trabalho (G.E.T.): que me perdoem por esse novo triângulo. Estes G.E.T. operam circulações, em

todos os sentidos, entre os saberes "desinvestidos", tais como as universidades ou outras instituições os produzem, e as situações industriais singulares, onde se enraízam as competências dos profissionais que intervêm. Para proceder ao desdobrar desses triângulos Valores–Saberes–Atividades, esses G.E.T. requerem, portanto, as competências dos dois outros pólos, os acadêmicos e os profissionais que intervêm *in situ*. Mas, a solicitação desses dois outros pólos pelos G.E.T. é também, para cada um deles, a oportunidade de pertinência ampliada de seu ofício: aprofundamento contínuo dos conhecimentos sobre as atividades humanas e a vida social, novos horizontes transformadores da intervenção *in situ*. A dinâmica desses três pólos é estritamente simultânea: desenvolvimento dos G.E.T. no espaço social, transformação dos regimes de produção do saber sobre o humano, auxílio ao desenvolvimento das reservas de alternativa nas organizações. Quem é, então, que intervém nos G.E.T., quais são as competências para aí desenvolver? Vê-se claramente que se trata de novas competências híbridas, que se alimentam tanto nas fontes "acadêmicas" quanto nas dos profissionais da intervenção interna e externa e que, no fundo, esses G.E.T. são novos operadores de descompartimentações institucionais, de chamadas para novas formas de cooperação.

À GUIA DE CONCLUSÃO

Estamos convencidos de que as verdadeiras transformações na governança coletiva das atividades industriais e, de maneira mais geral, em nosso auto-governo, em todos os níveis, supõem longitudinalmente essa forma de intervenção, que são os G.E.T.

O "T" de G.E.T. está longe de significar uma problemática "centralidade" do trabalho, mesmo porque uma clara definição desse conceito não pode ser fornecida. Essa forma de intervenção parece-nos pertinente desde que tenha atividade social. Parece-nos, em todo caso, que na situação de nosso mundo, marcado pelo que se pode chamar de uma espécie de "entusiasmo mercantil", tendencialmente recalcitrante ao que chamei aqui de "dramáticas da atividade", um reposicionamento desta, através de formas de intervenção, tais como os G.E.T., deveria acompanhar todas as escolhas estratégicas e políticas que pretendem trabalhar na longa duração. Creio que, aí, estão em jogo a cidadania e o debate cidadão.

No fim das contas, meu amigo F.Hubault tinha realmente razão em qualificar, há cinco anos atrás, a questão da intervenção como uma questão *política*, no sentido mais nobre do termo.

ABSTRACT

This contribution aims to explain why a new elaboration concerning the concept of activity leads us to change our conception of the relations between construction of knowledges and life experiences. And therefore, leads us to set new demands with regards to any form of "intervention" with these knowledges upon the life experiences. An history of this conception shift is evocated: from the very "theoristic" circumstances characteristic of the sixties, to the discover of various intellectual and social working sites proper to contribute to this shift, with a special mention of ergonomics "of activity". From there comes the evidence that any industrious life moves inside a triangle Activity–Value–Knowledge: what could be the ways of intervention that may be respectful of the tensions and dynamics inside these triangles and could unfold their potentialities? Aiming at this purpose, the text briefly mentions the principle of the "Three Poles Dynamical Devices" and the construction of the "Work Meeting Groups".

KEYWORDS: Intervention; Value; knowledge; Human activity.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTHUSSER, Louis. **Idéologies et appareils idéologiques d'Etat**. Notes pour une recherche. **La Pensée**, n° 151, 1970.

CANGUILHEM, Georges. **La formation du concept de réflexe aux XVII^e et XVIII^e siècles**. Paris: P.U.F., 1955.

DIDEROT, D. **Oeuvres philosophiques**. Paris : Ed. P. Vernière-Garnier, 1964.

SCHWARTZ, Yves. **Le paradigme ergologique ou un métier de philosophe**. Toulouse: Ed. Octarès, 2000.

SCHWARTZ, Yves e DURRIVE, Louis. **Travail et ergologie**. Entretiens sur l'activité humaine. Toulouse: Ed. Octarès, 2003.

